

## **A Baía de Guanabara em Luanda? Reflexões sobre as relações Sul-Sul**

Marco Túlio Carvalho de Souza Andrade<sup>1</sup>

Email - marcotuliouna@hotmail.com

### **Resumo**

Esse trabalho pretende promover reflexões acerca das relações construídas entre Brasil e Angola, abordados os períodos colonial e pós-independência, no âmbito económico-cultural. Os movimentos dos setores produtivos bem como o consumo cultural brasileiros em Angola abrem espaço para um debate sobre como é construída e se há permanência de representações coloniais no eixo atlântico sul no âmbito dessa relação. Reintrodução da dimensão imperial do Brasil sobre a África. Indícios de que os dois países têm estado expostos a momentos de experimentação da reprodução de saberes hegemónicos sob a capa de uma cooperação sul-sul. A possibilidade de pensar num novo microcosmo que surge do cruzamento, por Angola e Brasil, dos macrocosmos africano e latino. Ultrapassar os enfoques binários Norte-Sul, dando vozes a outros saberes do eixo Sul-Sul.

**Palavras chave:** Angola. Brasil. Colonialismo. Pós-Colonialismo. Imperialismo.

## **The Bay of Guanabara in Luanda? Reflections on South-South relations**

### **Abstract**

This work intends to promote reflections on the relations built between Brazil and Angola, addressed the colonial and post-independence periods, in the economic-cultural sphere. The movements of the productive sectors as well as the Brazilian cultural consumption in Angola open space for a debate on how it is constructed and if there is a permanence of colonial representations in the south Atlantic axis in the scope of this relation. Reintroduction of the imperial dimension of Brazil over Africa. Evidence that the two countries have been exposed to moments of experimentation of the reproduction of hegemonic knowledges under the cover of a South-South cooperation. The possibility of thinking about a new microcosm that arises from the intersection, by Angola and Brazil, of the African and Latin macrocosms. To go beyond the binary approaches North-South, giving voices to other knowledges of the South-South axis.

**Key-words:** Angola. Brazil. Colonialism. Post-Colonialism. Imperialism.

---

<sup>1</sup> Marco Túlio Carvalho de Souza Andrade é Doutorando em Pós-Colonialismos e Cidadania Global CES - Universidade de Coimbra.

*Enquanto os angolanos veem o Brasil como um "irmão mais velho", os brasileiros pouco sabem sobre o país africano com quem partilham raízes lusófonas. Os angolanos olham para o Brasil, mas os brasileiros de um modo geral não olham para Angola. Desconhecem, não sabem que existe, isso é muito desigual. Os angolanos, em seu imaginário, têm o Brasil como uma das referências principais, ao passo que os brasileiros não têm a Angola sequer como uma referência.*

*Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos,  
o Pepetela.*

## **Introdução**

A proposta deste trabalho reside na reflexão acerca das relações construídas entre Brasil e Angola, por meio de um breve resgate dos períodos colonial e pós-independência, em especial no âmbito económico-cultural.

Os movimentos de grandes grupos empresariais e o consumo cultural brasileiros em Angola provocam uma inquietação sobre como essa relação é promovida e construída, inclusive no que diz respeito aos processos de construção identitária angolana.

O problema aqui circunscrito, a partir do tema da investigação, pode ser sintetizado a partir das seguintes questões centrais: em que medida a relação que se estabeleceu entre Angola e o Brasil no eixo Sul-Sul reflecte, remete ou mesmo reproduz representações coloniais hoje e no passado? Há permanência dessas representações no âmbito dessa relação? Quais espaços o Brasil ocupa em Angola e como se dá a relação de poder? Quais são as zonas de sombra nessa relação? É possível pensar que parte do contexto angolano descolonizado foi recolonizado pelas relações económicas com o Brasil, gerando uma relação de subalternidade? O Brasil, refém da lógica capitalista hegemónica estado-unidense, atua como uma ponte a reproduzir essa mesma lógica em Angola? Em que medida o Brasil assume-se como empresa sub-imperial durante e após o período colonial angolano por meio de uma relação que ainda hoje parece ser assimétrica? Além disso, ao citar Abdenur e Rampini (2015), Laura Waisbich *et al* (2016) expõe o seguinte:

Há quem diga que o Brasil é o interlocutor entre Angola e o Ocidente, enquanto Angola seria a porta do Brasil na África. Ainda que este simbolismo possa esconder a assimetria entre os dois países, e a maior dependência de Angola em relação ao

Brasil, ele é, no entanto, significativo do conjunto de relações sul-sul existentes entre os dois países. (Waisbich *et al*, 2016:16)

Por conseguinte, é possível pensar num novo microcosmo que surge do cruzamento, por Angola e Brasil, dos macrocosmos africano e latino? Estão os dois países a ultrapassar os enfoques binários Norte-Sul, dando vozes a outros saberes do eixo Sul-Sul? A partir dessas indagações, foram formuladas algumas assertivas com o sentido de orientar o trabalho. São elas: as relações entre Angola e Brasil, em especial as de caráter comercial, remontam ao período colonial; os governos dos dois países criaram, no período pós-colonial, políticas de incentivo comercial que hoje se apresentam economicamente desproporcionais; há um consumo exacerbado da cultura brasileira por parte dos angolanos.

Serão abordados, em três momentos: a relação de complementaridade entre Angola e Brasil na fase colonial; os movimentos de independência e a cena pós-colonial; a relação a partir do século XX, seus desdobramentos sob a perspectiva do capitalismo, do neocolonialismo e da realidade dos movimentos globalizados. A obra *O Trato dos Videntes*, de Luiz Felipe de Alencastro, será um dos pontos de partida para essa reflexão.

### **A “complementaridade” Sul-Sul no período colonial**

Quem conhece o Rio de Janeiro e Luanda perceberá muitas semelhanças entre a Baía de Luanda e o Aterro do Flamengo na Baía de Guanabara. É bem possível que as semelhanças dos dois projetos urbanísticos não sejam mera coincidência. O que veio séculos antes da requalificação das orlas das baías dessas duas grandes metrópoles pode dizer muito sobre a atual relação entre Angola e Brasil, uma vez que o ponto de partida para compreender as relações entre os dois países assenta-se no período colonial.

Colonizados por Portugal a partir do século XVI e com diferentes trajetórias, há distintas fases na relação Angola-Brasil, uma relação supostamente de complementaridade, mas que, possivelmente, já apresentava sinais de desequilíbrio, como será debatido a seguir. Os primeiros registos referem-se a gestão do tráfico de escravos iniciada a partir do século XVI. Alencastro, historiador brasileiro, faz uma série de reflexões a partir dessa perspectiva. O autor parte da ótica de que:

A colonização portuguesa, fundada no escravismo, deu lugar a um espaço econômico e social bipolar, englobando uma zona de produção escravista situada no litoral da

América do Sul e uma zona de reprodução de escravos centrada em Angola.  
(Alencastro, 2000: 9)

E, para o autor, pensar essa relação sul-sul perpassa por entender a relação de complementaridade entre os dois lados do atlântico a partir de seus papéis dentro desse “sistema de exploração colonial” (Alencastro, 2000: 9). Importante delinear como isso ocorreu a partir de uma relação triangular entre Portugal, Angola e Brasil e de uma relação comercial que nem sempre passou pela metrópole.

Embora os dados não sejam precisos, de um total de quase cinco milhões de escravos comercializados de África para o Brasil, segundo o *Transatlantic Slave Trade Data Set*<sup>2</sup>, estima-se que uma parcela impressionante teve como origem Angola<sup>3</sup>, o que “demonstra o papel do tráfico angolano na constituição do espaço econômico do Atlântico Sul” (Alencastro, 2000: 379). A estimativa é de que os primeiros escravos aportaram no Brasil entre 1539 e 1542 na região de Pernambuco, onde predominava a cultura da cana-de-açúcar. Com as baixas indígenas em função das epidemias, a Coroa portuguesa estabeleceu leis que "proíbiam a escravização dos índios convertidos e só permitiam a captura de escravos através de guerra justa contra os índios que combatessem ou devorassem os Portugueses, ou os Índios aliados, ou os escravos; esta guerra justa deveria ser decretada pelo soberano ou pelo Governador Geral" (Peixoto, 2009:70).

A partir de 1580, quando da União Ibérica, na medida em que inimigos da Coroa espanhola avançaram em direção as possessões portuguesas no oriente, Portugal tentou impedir o comércio não metropolitano, até então permitido, na tentativa de garantir o exclusivo colonial. O modelo de produção português para o Brasil estava pautado, em especial, na produção canavieira o que demandou a força escrava. Só era possível vender o açúcar, os colonos que utilizassem a força escrava uma vez que os escravos eram comercializados com pagamento condicionado à produção de cana de açúcar (Teodoro, 2005). Estava então estabelecida a base da relação comercial Angola-Brasil, o comércio de escravos. Além disso, surgem no comércio e no escambo por escravos novos produtos

---

<sup>2</sup> Como esta página on-line refere, The Trans-Atlantic Slave Trade Database has information on almost 36,000 slaving voyages that forcibly embarked over 10 million Africans for transport to the Americas between the sixteenth and nineteenth centuries. The actual number is estimated to have been as high as 12.5 million. The database and the separate estimates interface offer researchers, students and the general public a chance to rediscover the reality of one of the largest forced movements of peoples in world history (Slave Voyages).

<sup>3</sup> Angola considerada como área que contemplava o Reino do Dongo (norte do rio Cuanza), as regiões de Quiçama e Libolo (sul do Cuanza), os reinos de Matamba e Caçanje (oeste de Luanda) e os reinos de Soyo e Loango (Alencastro, 2000).

como o zimbo e a mandioca. O zimbo, concha que servia como moeda e adereços nos reinos do Congo e Matamba, foi comercializada do sul da Bahia para a África sem ser tributado e, portanto, fora do controle metropolitano português. Como retrata Alencastro (2000), o zimbo passa a ser considerado como um produto oriundo tipicamente daquilo que denominavam trato brasílico.<sup>4</sup>

Posteriormente a cachaça deu aos comerciantes do Brasil uma vantagem competitiva frente aos comerciantes portugueses. A cachaça passa a ser um dos produtos preferidos no escambo por escravos na África embora a concorrência com outros destilados oriundos da Europa tivesse gerado alguns conflitos. Calcula-se que entre 1699 e 1703, a entrada de cachaça em Angola representava quase oitenta por cento de toda bebida alcoólica legalmente aportada em Luanda. As exportações de cachaça e tabaco foram utilizadas para adquirir quase cinquenta por cento dos dois milhões de escravos que chegaram vivos entre os anos de 1701 e 1810 a América portuguesa. Atrelados ao fumo e cachaça, com as exportações de outros produtos como couro, mandioca, milho, e outros alimentos, bem como o contrabando de ouro e diamante, estima-se “que mais da metade dos africanos introduzidos na América portuguesa durante o século dezoito foram diretamente adquiridos com mercadorias brasileiras” (Alencastro, 2000: 324). E muito desse comércio era realizado diretamente entre Brasil e Angola, sem passar por Portugal. Dados elencados por Alencastro (2000) mostram que entre os anos de 1735 e 1770, quase oitenta e cinco por cento dos navios que atracaram em Luanda eram brasileiros, contra somente quinze por cento de navios oriundos de Lisboa. Como os navios deveriam retornar ao Brasil diretamente para que os escravos transportados não morressem, não passavam pelos portos da metrópole. Além disso, o autor destaca a favorabilidade dos ventos e das correntes marítimas nas navegações entre as duas margens do atlântico sul, além de uma curiosidade, ainda sem dados estatísticos concretos: estima-se que a maior parte das embarcações que faziam o comércio entre Brasil e África eram fabricados em estaleiros brasileiros. Vale ressaltar que foi a língua portuguesa um dos denominadores comuns para unificar as negociações e transações no comércio de escravos (Alencastro, 2000). Destaca Roquinaldo Ferreira (2012) que embora Portugal tivesse estabelecido políticas comerciais protecionistas para garantir sua supremacia no âmbito do comércio com Angola, tal iniciativa não logrou os resultados esperados pela metrópole. Ainda de

---

<sup>4</sup> Brasílico: termo usado para designar a sociedade colonial da América portuguesa dos séculos XVI, XVII e primeira metade do século XVIII (Alencastro, 2000).

acordo com este autor “estas políticas falharam devido às profundas relações comerciais, culturais e sociais desenvolvidas através do Atlântico”(Ferreira,2012:8).<sup>5</sup>

Teodoro (2005) menciona, em sintonia com Alencastro (2000), a complementaridade e dependência entre ‘as duas margens do Atlântico Sul’ a partir da era colonial, constituindo um espaço “aterritorial” unindo ambos lados em um único esquema de exploração colonial no qual o Brasil produz matéria-prima e alimentos e Angola fornece a mão-de-obra escrava<sup>6</sup>. Interessante destacar a perspectiva de que essa relação bilateral, catalisadora da economia brasileira, teve como origem uma divisão internacional do trabalho (Cristan, 2013).

Outro momento que pode ter sido marcante na consolidação da relação Brasil-Angola e em sua relação de complementaridade, é a reconquista de Angola na guerra luso-neerlandesa. Conforme aponta Teodoro (2005), seguida pela ocupação de Pernambuco em 1630 Angola é também ocupada em 1641 pela Companhia das Índias Ocidentais. Considerando a relevância de Angola como principal fornecedor de escravos, mas diante de um delicado cenário diplomático, Portugal delega, aos brasílicos, a tarefa da reconquista da colônia africana e Salvador de Sá retoma Angola em 1648. A partir desse momento Angola é governada por brasílicos, incluindo o próprio Salvador de Sá, de 1648 a 1665. Em sua obra *História do Futuro*, o Padre Antônio Vieira fundamenta a importância de reconquistar Angola. O Brasil “vive e se sustenta” de Angola (...) podendo-se com muita razão dizer que o Brasil tem corpo na América e alma na África” (Alencastro, 2000: 232).

Portanto, há indícios de que a intervenção militar por parte do Brasil e o domínio dos mercados angolanos pelas mercadorias oriundas da América portuguesa estabeleceram uma rede de interesses entre Brasil e Angola que se “mostrou

---

<sup>5</sup> Tradução do autor.

<sup>6</sup> Em relação à procedência de escravos majoritariamente angolanos, Mara Cristan relembra que houve um fluxo de escravos deportados de outras partes de África também: “Em 2009, durante as obras de requalificação urbana da região portuária do Rio de Janeiro, descobriu-se um cemitério onde foram sepultados milhares de escravos recém-chegados ao Brasil. A origem deste cemitério é reportada pelo incremento de tráfico de escravos havido com a vinda da família real para o Brasil. As condições sub-humanas às quais eram submetidos durante a viagem nos tumbeiros e o contágio de doenças à que ficavam expostos, foi o pretexto encontrado para o isolamento numa periferia carioca, hoje conhecida como Complexo do Valongo. Este complexo abrigava armazéns onde os deportados eram guardados, *casas de carne* onde eram negociados, o cais onde aportavam e o cemitério para onde muitos foram sepultados em valas comuns e de pouca profundidade. Reexaminando leituras que davam como certa que, a maioria dos deportados de África eram angolanos, o trabalho efetuado pelos geneticistas Sérgio Danilo Pena e Maria Cátira Bortolini (2007), demonstrou que, desde que a coroa perdeu o monopólio do tráfico na virada do século XVI, os traficantes aprofundaram a *caçada* aos africanos, indo aos diferentes pontos da África” (Cristan, 2013).

incontornável” (Alencastro, 2000: 354-353). Portugal obtém, na África Central, “seu maior domínio africano, sua maior reserva de escravos, da qual se serve para desenvolver seus domínios no outro lado do atlântico: a destruição constante de Angola se apresenta como a contrapartida da construção contínua do Brasil” (Alencastro, 2000: 325). Em resgate a reflexão feita anteriormente, pode ser que essa relação tenha apresentado um desequilíbrio já no período colonial.

### As “libertações”?

Entre os anos de 1808 e 1822, durante permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, Angola foi governada a partir do Brasil, e o ano de 1822 marca a independência do Brasil e conseqüentemente uma nova fase nas relações com Angola.

Conforme menciona Menezes (2000), até então Angola tinha o papel de fornecedor de mão-de-obra escrava e exigia pouco esforço por parte de Portugal na preservação do sistema de exploração colonial estabelecido. A metrópole mantinha o “mínimo necessário na organização político-administrativa, mantendo o menor aparelho possível que possibilitasse a continuidade do fornecimento de escravos para as minas brasileiras” (Menezes, 2000: 119).

Ocorre que após a independência do Brasil, com receio de perder a colônia ou mesmo a necessidade de expansão ultramarina com a perda dos recursos vindos do Brasil, Portugal inicia uma nova fase no relacionamento com Angola que, juntamente com Moçambique, ganha um novo *status quo* e de maior importância. A preocupação de Portugal em relação à independência do Brasil e os possíveis impactos em Angola são resgatados por Ferreira (2012) em sua obra “*Cross-cultural Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during the era of the slave trade*”, quando o autor reconta a história de Francisco Ferreira Gomes, homem negro nascido no Rio de Janeiro e que se torna um comerciante de destaque em Benguela, após ser deportado do Brasil. Gomes foi preso em 1824 sob acusação de apoiar e estimular Benguela a aliar-se ao movimento independentista ocorrido no Brasil dois anos antes e de planejar matar toda a população branca de Benguela. Essa reação acusativa por parte de Portugal acentua a preocupação e ao mesmo tempo a influência da independência do Brasil em Angola (Ferreira, 2012).

Nas décadas seguintes à independência do Brasil as relações comerciais de Angola com o Brasil começam a perder força e marcam um novo período da história. (Menezes, 2000). Nas palavras de José Flávio Sombra Saraiva em *África Parceira do Brasil Atlântico - Relações Internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI*:

Há muito esses laços foram encerrados... O fim do século XIX e a primeira parte do século XX foram de equidistância nas margens do Atlântico Sul. O silêncio imperou nos escassos contatos atlânticos em grande parte do século passado, que ficou calmo na ausência de ventos. A África curvou-se à colonização das metrópoles europeias enquanto o Brasil voltava-se para seus projetos domésticos, para o rio da Prata, para o gigante que se elevava na América do Norte. (Saraiva, 2012:14)

Algumas reflexões de Saraiva (2012) partem desse período. Embora lembrada por Gilberto Freyre<sup>7</sup> em sua controversa obra *Casa Grande e Senzala*, Saraiva (2012) ressalta que a África é esquecida pela elite brasileira até então. O Brasil estabelece, nesse momento e a despeito de ter uma imensa população descendente de África, outras prioridades em sua agenda. Nas palavras de Saraiva (2012),

As relações com os Estados Unidos, com a Europa e com a América Latina permitiram ampliar o leque de contatos internacionais do Brasil enquanto a África padecia do domínio colonial nas décadas da primeira metade do século passado. A memória africana foi gradualmente excluída da vida do brasileiro comum, independentemente da cor da pele. Ficara a África folclórica, não a da justiça social. (Saraiva, 2012: 15)

O autor arrisca dizer que a África ocupava um espaço de subalternidade. Pena Filho (Pena Filho e Moraes, 2007), em análise sobre as relações entre o Itamaraty e a África, afirma que “política externa brasileira praticamente ignorou o continente africano, voltando-se para a América e a Europa, áreas privilegiadas nas relações internacionais brasileiras. Tanto no plano político quanto no econômico o Brasil relegou a África ao esquecimento” (Pena Filho e Moraes, 2007:58).

Apesar de Freyre catalisar a construção do esquema culturalista, Saraiva (2012) salienta que os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek não enxergavam a África como parceiro potencial. E o autor vai mais longe ao analisar, nas palavras de Fingermann (2012), que a “independência dos países da região na década de 50 e 60 era

---

<sup>7</sup> Sobre as críticas à obra de Gilberto Freyre, Saraiva afirma: “Mesmo em seu esquema culturalista, Gilberto Freyre percebeu a força da presença africana na formação social do Brasil. Apesar das críticas à sua obra, permanece sendo aquele que formulou um Brasil como parte do mundo atlântico no qual a África é substrato indelével” (Saraiva, 2012:14).

apontada mais como uma barreira ao crescimento do comércio brasileiro com as tradicionais potências europeias, por estas favorecerem a entrada de produtos das excolônias africanas” (Fingermann, 2012: 130). Foi na década de 1960, sob a batuta do então Presidente Jânio Quadros que se iniciou, de facto, uma política externa brasileira para a África bem como a abertura, pelo Itamaraty, de uma Divisão de África. O consulado em Luanda inicia suas operações e mesmo votando contra a independência dos países africanos junto a ONU, o Brasil volta a olhar para a África a partir de 1970. Fingermann destaca a importância da visita do diplomata Gibson Barboza a alguns países africanos em 1972, com objetivo claro de garantir acordos para suprimento de petróleo que alimentasse o projeto nacional desenvolvimentista. “Essa política pragmática em relação aos países africanos aumentou as exportações de manufaturados brasileiros e levou a instalação de algumas empresas brasileiras no continente, em particular, em Angola” (Fingermann, 2012:131).

Na segunda metade da década de 1970, Saraiva (2012) analisa como a relação Angola-Brasil evolui a partir do posicionamento do Brasil frente a crise do colonialismo e do reconhecimento pelo governo militar brasileiro da declaração de independência pelo MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola.<sup>8</sup> O reconhecimento histórico e polêmico, único externo ao mundo socialista, contrariou as posições norte-americana e portuguesa exatamente por estar alinhado com o bloco socialista (Biassi 2009). Faz sentido, portanto, a análise de Saraiva (2012) quando afirma que essa posição foi considerada imprudente e rendeu reprimendas por parte da ala conservadora do governo militar brasileiro bem como dos Estados Unidos. Mas esse movimento político brasileiro pode ter-se desdobrado em benefícios para o Brasil.

Em entrevista com o então embaixador do Brasil em Angola, Ovídio Melo, Biassi (2009) retrata como esse processo ocorreu e os impactos na relação com Portugal:

No Itamaraty havia setores que vinham tentando demover Portugal de sua obstinação colonialista e, após o 25 de Abril surgiu...a original idéia de criar Representações Especiais, com o status de Embaixadas antecipadas, em Angola e Moçambique. Elas

---

<sup>8</sup> O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), na pessoa do Presidente Agostinho Neto, pronuncia a independência em 11 de novembro de 1975 no Palácio de Governo em Luanda. Ao mesmo tempo em que MPLA proclamava a República Popular de Angola, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA) proclamavam a República Democrática de Angola. Entretanto Portugal e a comunidade internacional não reconheceram a legitimidade desses dois movimentos, mas tão somente do governo do MPLA (Silva,2018).

atuariam durante a transição à independência e seriam, depois, substituídas por Embaixadas...Acreditava-se que com a simples presença, o Brasil não só daria mais credibilidade ao processo de transição como ajudaria ambas as partes – Portugal e as colônias – a transitar pelo árduo caminho da construção de relações sobre novos alicerces. (Biassi,2009:3)

### **Angola de portas abertas**

As relações Angola-Brasil ganham novos contornos, em especial na esfera econômico-mercantil, a partir do reconhecimento da legitimidade do governo MPLA. Nas palavras de Saraiva (2012): “o reconhecimento do novo governo angolano em 1975 foi garantia de porta aberta em Angola para investimentos brasileiros. Alguns estão lá até hoje com seus supermercados, empreiteiras e firmas no setor de serviços” (Saraiva, 2012:22).

Possivelmente era essa a intenção do governo brasileiro, qual seja, a de preparar o terreno para um relacionamento comercial que garantisse o funcionamento da máquina industrial brasileira diante da vulnerabilidade energética e a consequente questão de suprimento de petróleo. Conforme reflete Penha (2011), “A imponderável dependência brasileira das importações de petróleo explica muito da atração dos mercados africanos” (Penha, 2011: 171).

E Angola estava na mira brasileira. Embora o Brasil tivesse interesses comerciais em toda a África, havia especial interesse nos países produtores de petróleo, “os quais possuíam, ao mesmo tempo, potencial para exportar o petróleo para o Brasil e capacidade de compra de produtos industrializados brasileiros” (Pena Filho e Morais,2007:39). Não surpreende, portanto, que Angola tenha sido um dos países priorizados, sobretudo diante das riquezas minerais e por seu comércio em potencial. Os países africanos representavam dois por cento dos intercâmbios comerciais brasileiros no início da década de 1970, ao passo que em meados da década de 1980, esse percentual havia saltado para dez por cento da balança comercial brasileira, valores acima do total comercial com países da América do Sul (Saraiva, 2012). Embora o governo de José Sarney mantivesse as iniciativas dos governos anteriores, a gestão de Fernando Collor silencia a relação, somente retomada pelo governo Lula no início os anos 2000, período em que as relações bilaterais foram aquecidas pela ampliação de financiamentos a obras de empreiteiras brasileiras, em especial por meio do BNDES (Banco Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social) que passou a canalizar a maior parte desses empréstimos.

Quando a guerra civil chegou ao fim em Angola no ano de 2002, o país iniciou um programa de reconstrução conduzido em parceria com empreiteiras brasileiras. Em 2006 foram criadas linhas de crédito de US\$ 5,2 bilhões para as empreiteiras brasileiras em atuação em Angola, valor mais alto do que inicialmente estimado para a transposição do rio São Francisco, uma das principais obras em andamento no Brasil. Em 2011 Angola só foi superada pela Argentina entre os países estrangeiros que mais receberam empréstimos do BNDES<sup>9</sup>. Não é difícil imaginar que os financiamentos tinham como garantia o petróleo extraído de Angola.

A presença de construtoras como Odebrecht e Andrade Gutierrez abriu o caminho para abertura de mais de 200 empresas e filiais brasileiras nos mais variados segmentos, afirma o banco sul-africano Standard. Saraiva (2012) afirma que as empresas brasileiras são, nesse momento, acolhidas por Angola em seus movimentos de internacionalização.

O blog Angonotícias destaca que “em 2007, o então embaixador do Brasil em Angola, Afonso Pena, disse que elas (empresas brasileiras) eram responsáveis por 10% do PIB angolano. Nos últimos anos, Angola se tornou um dos maiores palcos externos do Brasil. Lá, a influência brasileira se alastrou em grande escala pela cultura, pela economia e até pela política local” (Fellet, 2012:2). Vale lembrar que no âmbito político a equipe do publicitário brasileiro João Santana produziu a campanha eleitoral do MPLA de 2012 e que na década de 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Brasil participou do projeto Unavem.<sup>10</sup>

Em 2000, José Vicente de Sá Pimentel, Diretor-Geral do Departamento de África e Oriente Próximo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, afirma que em contrapartida às ações brasileiras,

O Governo angolano retribui com impecável regularidade nos pagamentos da dívida externa e com acolhedora simpatia pelos produtos e empresas brasileiros. A Braspetro, que há anos atua no país, é candidata a novas licitações; dada a qualidade

---

<sup>9</sup> BNDES é uma empresa pública federal brasileira apoiadora, por meio de financiamentos de longo prazo, de investimentos em diversos segmentos econômicos no Brasil e junto à comunidade internacional.

<sup>10</sup> Estabelecida para ajudar o governo de Angola e a UNITA a restabelecer a paz e lograr a reconciliação nacional. Teve por base os Acordos de Paz para Angola, firmados em 31 de maio de 1991, o Protocolo de Lusaka, firmado em 20 de novembro de 1994 e as resoluções do Conselho de Segurança. De agosto de 1995 a julho de 1997, o Brasil enviou um batalhão de infantaria (800 homens), uma companhia de engenharia (200 homens), dois postos de saúde avançados (40 oficiais de saúde, entre médicos, dentistas, farmacêuticos e auxiliares de saúde) e aproximadamente 40 oficiais para a UNAVEM III. Durante todo o período da missão, o Brasil também enviou uma média de 14 observadores militares e 11 observadores policiais. O Brasil chegou a ser o maior contribuinte de tropas para a Missão, que durante quase dois anos foi a maior operação de paz das Nações Unidas (Ministério da Defesa – Exército Brasileiro, 2018).

e amplitude dos serviços que vem prestando, inclusive na formação profissional de técnicos angolanos, não temos dúvida de que manterá a condição de âncora da cooperação bilateral. Por sua vez, a Odebrecht desenvolve projetos na hidrelétrica de Capanda, na mineração em Lusamba e Katoka e na construção de bairro residencial em Luanda. Várias outras de nossas empresas lá operam com ampla margem de sucesso. (Pimentel, 2000:13-14)

Interessante notar o uso da expressão “acolhedora simpatia” sobre a qual retomaremos a seguir.

Enfim, o Brasil redescobre Angola e atua como potência emergente. Badin e Morosini (2017) assinala que embora a política exterior brasileira junto à África seja cíclica, no caso de Angola estabeleceu-se por meio de 70 acordos e protocolos. Vai mais longe ao afirmar que: “Con estos acuerdos y protocolos se estrechan las relaciones económicas entre Brasil y Angola, pero no retiran las limitaciones presentes en transacciones comerciales entre ambas economías en desarrollo” (Badin e Morosini, 2017).

Fingermann (2012) destaca que os holofotes da economia mundial viraram-se para a África, inclusive nos media. Em 2011 a revista *The Economist* estampa a *Africa Rising*, “refletindo a visão positiva em torno do continente africano, que mantêm na média altos índices de crescimento do PIB, apesar da crise financeira de 2008” (Fingermann, 2012: 129).

Parece ser essa a agenda do Brasil para Angola em tempos de globalização neoliberal.

### **E agora, para onde vamos?**

Durante entrevista à BBC Brasil, o escritor angolano Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, Pepetela, afirmou que o Brasil "colonizou" Angola durante 150 anos. E continua:

Até a independência do Brasil, 100% das exportações de Angola eram para o Brasil. A maior parte eram escravos, mas também havia outros produtos, marfim, até cera de abelha. Então, a relação com Portugal era feita a partir do Brasil. Os barcos iam de Angola para o Brasil e de Brasil para Portugal. Pessoas vinham até se tratar no Brasil. O primeiro poeta angolano com livro publicado veio tratar-se de uma tuberculose aqui ao Rio de Janeiro. Isso há 200 anos. Mas essa "colonização brasileira" acabou em 1822... (Pepetela, 2011).

Será, Pepetela? Será mesmo que essa “colonização brasileira” acabou em 1822? Ou está mantida a empresa colonial ou sub-imperial vestida com outras roupagens? Em que medida é atual a colocação de Alencastro (2000) quando fala da “destruição” de Angola de um lado e o crescimento brasileiro de outro, isto é, a que preço cresce Angola?

Não parece haver dúvidas acerca da natureza preponderantemente pautada na dimensão mercantil das relações entre Angola e Brasil desde o período colonial até os dias de hoje. Alencastro (2009) chamou atenção para o estímulo comercial em Luanda com estabelecimento de comerciantes e sucursais de empresas brasileira já a partir de 1808. O Brasil fez e continua a fazer todos os esforços para manter um relacionamento perene e privilegiado que segue, até os dias atuais, entre as elites brasileiras e angolanas, conforme observa Saraiva (2012). E essa realidade não é diferente hoje, em 2018. Angola e Brasil gerem suas relações a partir e de acordo com o que creem ser as expectativas da lógica capitalista global e dos movimentos globais econômicos. A dúvida surge em relação ao equilíbrio dessa relação e em que medida ela reproduz, sob a perspectiva econômica, uma lógica colonial predatória e imperialista. Vale lembrar que entre 2009 e 2014 Angola exportou menos 4,6% ao Brasil, ao passo que as exportações brasileiras para Angola cresceram 427,6% no mesmo período (Waisbich e Pomeroy, 2016:12). A partir dessas assertivas, foram formuladas algumas indagações no sentido de orientar essas reflexões finais.

As relações entre Angola e Brasil apresentam sinais de subalternidade econômica? Considerando que a descolonização é o questionar do impacto das relações de violência e exploração vivenciadas durante a colonização (Meneses, 2008: 12), será que a descolonização realmente aconteceu ou o Brasil está a reproduzir os modelos coloniais em Angola? Brasil e Angola assumem novos papéis, mas no esqueleto de um velho regime imperialista revestido pelo capitalismo global?

Para Quijano (2002), o capitalismo apresenta-se como padrão universal de exploração social e como um dos elementos do padrão de poder mundial e das relações do capitalismo com a globalização. “Ninguém pode explorar ninguém se não o domina, muito menos de modo estável e duradouro. Portanto, é necessário abrir aqui a questão das relações entre dominação e a exploração no atual padrão de poder” (Quijano,2002:6). Na perspectiva de Santos (2009), é possível pensar no fascismo financeiro na forma como está configurada, hoje, a relação de poder entre Angola e Brasil?

João Fellet, jornalista enviado especial da BBC Brasil a Angola em 2012, escreveu o artigo “Brasil testa o papel de potência global em Angola”. O jornalista cita como exemplo da presença brasileira em Angola, situação do cotidiano angolano:

Enquanto aguarda na fila de carros à entrada do único shopping de Luanda, capital de Angola, um motorista angolano abre as janelas de seu jipe. Os altofalantes ecoam "Eu quero tchu, eu quero tchá"...Em instantes, após estacionar o veículo, ele entrará num edifício erguido por uma empreiteira brasileira (Odebrecht), cruzará com trabalhadores brasileiros, fará compras em lojas brasileiras (Ellus, Nobel) e, possivelmente, comerá numa rede de fast-food brasileira (Bob's). (Fellet, 2012)

O artigo menciona também que no bairro Talatona e no Belas Shopping, ambos em Luanda, a presença brasileira é predominante. Como uma extensão dos bairros de luxo das grandes cidades brasileiras, os profissionais brasileiros mais qualificados (engenheiros, médicos, consultores) vivem em luxuosos condomínios fechados cercados por supermercados, academias e restaurantes administrados por investidores brasileiros. Complementa o jornalista Reginaldo Silva (*apud Fellet, 2012*), autor do blog Morro da Maianga: "...os (brasileiros) mais privilegiados, da classe média, vivem isolados em seus condomínios e têm muito pouco contato conosco." Com estimativa de cerca de 25 mil brasileiros vivendo hoje em Angola, funcionários de empreiteiras brasileiras começam a gerar algum desconforto na população angolana. "Nas empresas, os angolanos dizem que os operários brasileiros são privilegiados, que têm salários maiores. Isso já provoca algumas fricções", afirma o jornalista Reginaldo Silva (*apud Fellet, 2012:1*).

No âmbito cultural a presença brasileira também parece marcante. O mesmo jornalista afirma que “a cultura brasileira domina completamente Angola. Pela via cultural, há uma colonização absoluta de Angola pelo Brasil”. Os principais canais de televisão, filmes, telenovelas, música, livros<sup>11</sup> fazem parte do cotidiano dos angolanos. Segundo o jornalista, a influência do Brasil nesse campo é tão grande que já altera o modo de falar dos angolanos, que passaram a incorporar gírias e expressões brasileiras. Por outro lado, o movimento inverso no atlântico sul não ocorre, muito embora Angola seja assim reconhecida nas palavras de Menezes (2000):

---

<sup>11</sup> Somente a título de curiosidade sobre as relações literárias entre os dois países, o escritor angolano Luandino Vieira, condenado a prisão em 1964, fez passar para além das grades uma carta em que pedia o seguinte: “Enviem meu manuscrito ao Jorge Amado para ver se ele consegue publicar lá no Brasil...”

...mais do que um "país-irmão", é (ao lado de Portugal) uma verdadeira "pátria-mãe" do Brasil, tão ou mais importante que a nossa metrópole comum européia. Submetida a um cruel colonialismo, por mais de 500 anos, ela teve sua população escravizada e trazida para o Brasil até o fim do século XIX, influenciando profundamente nossos hábitos e costumes e toda nossa estrutura cultural. (Menezes, 2000: contracapa)

Pepetela, em entrevista afirmou que “embora as relações econômicas e políticas entre Brasil e Angola venham crescendo, as relações culturais entre os dois países ainda deixam a desejar, e são predominantemente de mão única” (BBC, 2011:1). De alguma forma a aflição de Pepetela lembra Frantz Fanon quando diz em sua obra *Os Condenados da Terra* que o colonizado se fará tanto mais evadido de sua terra quanto mais ele terá feito seus os valores culturais da metrópole.

Pautado nessas perspectivas econômica e cultural, é pertinente resgatar a questão do neocolonialismo? Kuame Nkrumah (1965) afirmou em sua obra *Neo-colonialism, The Last Stage Of Imperialism*, que o imperialismo, em sua forma mais perigosa, é representado pelo neocolonialismo e que embora o Estado seja, teoricamente independente e soberano, o sistema político-econômico é na realidade pautado por movimentos externos. Em suas palavras, “the result of neo-colonialism is that foreign capital is used for the exploitation rather than for the development of the less developed parts of the world. Investment under neo-colonialism increases rather than decreases the gap between the rich and the poor countries of the world” (Nkrumah, 1965).

Isso não parece familiar com a forma como se constrói as relações do Brasil sobre Angola, sejam elas no âmbito econômico, político ou cultural? “O silêncio imperou nos escassos contatos atlânticos em grande parte do século passado, que ficou calmo na ausência de ventos. A África curvou-se à colonização das metrópoles europeias enquanto o Brasil voltava-se para o gigante que se elevava na América do Norte” (Alencastro 2012,14). Será que o Brasil está a reproduzir em Angola a lógica hegemônica norteamericana da qual é refém? Ou ainda, há traços do que Santos (2002) aborda na complexa construção identitária do Próspero e do Caliban, do colonizador e colonizado, nessa relação Brasil-Estados Unidos e que, de alguma forma, o Brasil está a reproduzir em Angola a mesma lógica imperialista?

Um aspecto interessante que Saraiva (2012) ressalta do discurso elaborado a partir da noção culturalista freyreana, é a “construção acrítica do estereótipo da espontânea generosidade africana...e na natural receptividade africana aos acenos brasileiros de solidariedade cultural e política” (Saraiva,2012:). Interessante notar que falou-se há pouco de uma acolhedora simpatia por parte dos angolanos em relação aos produtos brasileiros. Em 2014, publicação do Post Western-World afirmou que:

...ao que parece os africanos de modo geral gostam dos brasileiros. Agora o desafio é garantir que, apesar dos maiores investimentos, como por exemplo, o contrato de US\$ 1 bilhão de dólares recentemente assinado pela Vale para a construção de uma ferrovia em Malawi para transporte do carvão de Moçambique, o Brasil continue a ser visto como um parceiro, e não como um novo colonizador que nada quer além de explorar os recursos da África. (Post Western-World, 2014:2)

Será que o governo brasileiro e o setor produtivo estão a contar com essa receptividade e lançando mão do que Alencastro (2012) denomina de caminhos fáceis do oceano, em uma alusão aos bons ventos e correntes marítimas que facilitavam a navegação entre as duas margens do atlântico sul durante o período colonial?

Em 2002, A ONG Global Witness acusa elites angolanas de usarem para proveito próprio a guerra civil que há décadas aflige o país. E critica governos ocidentais por estarem mais preocupados em proteger os interesses de suas empresas, que exploram o petróleo encontrado no mar territorial angolano, do que em trabalhar pela solução dos problemas sociais de Angola (BBC, 2002). Será que, como em Macamo (2017), o Brasil também pode (ou deve) pedir desculpas a Angola quantas vezes forem necessárias, pelas atrocidades do passado e pelo presente?

Há, portanto, indícios de que os dois países têm estado expostos a estes momentos de 'experimentação' da reprodução de saberes hegemônicos, sob a capa de uma cooperação sul-sul, conforme observa Maria Paula Meneses. Waisbich e Pomeroy (2016) aponta para uma retomada de interesse por parte do Brasil, durante o governo Lula, do conceito geopolítico de “Atlântico Sul” (Badin e Morosoni, 2014) e Abdenur e Souza Neto (2014) bem como a possibilidade de que as relações Brasil-África sejam um trampolim para garantir e sedimentar a influência global do Brasil ou mesmo “obter apoio às pretensões globais do país” (Waisbich e Pomeroy, 2016:6). Sinal desse movimento

pode ser observado durante os dois mandatos da presidência Lula em que 29 países africanos foram visitados, Angola por duas vezes (Waisbich e Pomeroy, 2016).

Por outro lado, é possível pensar também num novo microcosmo que surge do cruzamento, por Angola e Brasil, dos macrocosmos africano e latino, ultrapassando os enfoques binários Norte-Sul e dando vozes a outros saberes do eixo Sul-Sul. Afinal, nas palavras de Ferreira (2012), “My analysis positions Brazil and Angola not as two geographical places separated by an ocean, but as one social and cultural continuum connected by an ocean” (Ferreira, 2012:260).

Finalmente, essas reflexões iniciais não possuem a pretensão de encerrar a discussão sobre o tema, mas a de contribuir para o alargamento do espaço para novas reflexões e a de provocar interesse por pesquisas sobre as relações Sul-Sul no período pós-colonial e nos dias atuais, diante de um cenário onde predominam o neoliberalismo e o capitalismo globalizado.

*"Quem eu sou não ocupa muitas palavras: angolano em viagem,  
quase sem raça. Gosto do mar, de um céu em fogo ao fim da tarde.  
Nasci nas terras altas. Quero morrer em Benguela, como alternativa pode  
ser Olinda, no Nordeste do Brasil."  
José Eduardo Agualusa*

## **Referências**

Agencia Angola Press (2011), “Cronologia das principais acções nas relações Angola/Brasil”. Disponível em [www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2011/9/42/Cronologia-das-principais-accoes-nas-relacoes-Angola-Brasil,6dd5fd4d-f52a-411dac81-30475d8ba279.html](http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2011/9/42/Cronologia-das-principais-accoes-nas-relacoes-Angola-Brasil,6dd5fd4d-f52a-411dac81-30475d8ba279.html). consultado em fevereiro de 2018.

Alencastro, Luiz Filipe de (2000), *O Trato dos Videntes. A Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras.

Badin, Michelle Rattón Sanchez; Morosini, Fábio (2017), “Los vínculos comerciales y de inversión Sur-Sur: reflexiones sobre la relación Brasil-Angola”, *Foro Internacional*, 57 (2). Disponível em [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0185013X2017000200285&lang=p](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185013X2017000200285&lang=p), consultado em fevereiro de 2018.

Bissio, Beatriz (2009), “Bastidores na relação Angola e Brasil”, disponível em <http://operamundi.uol.com.br/dialogosdosul/os-bastidores-do-reconhecimento-daindependencia-de-angola-pelo-brasil/13112009/>, consultado em fevereiro de 2018.

British Broadcast Corporation Brasil (2002), “Ocidente cria condições para corrupção em Angola”, disponível em [http://www.bbc.com/portuguese/economia/020326\\_angolaro.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/economia/020326_angolaro.shtml), consultado em fevereiro de 2018.

British Broadcast Corporation Brasil (2011), “Angolanos olham para o Brasil, mas brasileiros não olham para Angola”. Entrevista ao escritor Angola Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, disponível em <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/>, consultado em fevereiro de 2018.

Cristan, Mara (2013), “A Escravidão e a Integração: Brasil-Angola-Portugal”, disponível em <https://maracristan.wordpress.com/2013/06/23/a-escravidao-e-a-integracao-brasilangola-portugal/> 2013, consultado em janeiro de 2018.

Exército Brasileiro (2018), Unavem, disponível em <http://www.eb.mil.br/unavem>, consultado em fevereiro de 2018.

Fellet, João (2012), “Brasil testa papel de potência global em Angola”, disponível em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120917\\_angola\\_especial\\_abre\\_jf.shtml](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/09/120917_angola_especial_abre_jf.shtml), consultado em janeiro de 2018.

Ferreira, Roquinaldo (2012), *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during the era of the slave trade*. Cambridge: Cambridge University Press.

Finggermann, Natália (2012), “África parceira do Brasil atlântico - relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI, Seculo XXI”, disponível em [http://www.academia.edu/4113076/%C3%81FRICA\\_PARCEIRA\\_DO\\_BRASIL\\_ATL%C3%82NTICO\\_RELAC%C3%87%C3%95ES\\_INTERNACIONAIS\\_DO\\_BRASIL\\_E\\_DA\\_%C3%81FRICA\\_NO\\_IN%C3%8DCIO\\_DO\\_S%C3%89CULO\\_XXI](http://www.academia.edu/4113076/%C3%81FRICA_PARCEIRA_DO_BRASIL_ATL%C3%82NTICO_RELAC%C3%87%C3%95ES_INTERNACIONAIS_DO_BRASIL_E_DA_%C3%81FRICA_NO_IN%C3%8DCIO_DO_S%C3%89CULO_XXI), consultado em fevereiro de 2018.

Hodges, Tony (2002), *Angola : do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Cascais: Principia.

Macamo, Elisio (2017), “Portugal pode pedir desculpas? Quantas vezes forem necessárias”, *Jornal Público*, edição de 11 de outubro de 2017, disponível em <https://www.publico.pt/2017/10/11/sociedade/opiniao/quantas-vezes-forem-necessarias-1787481>, consultado em fevereiro de 2018.

Meneses, Maria Paula (2007), “Os espaços criados pelas palavras – racismos, etnicidades e o encontro colonial”, in Gomes, Nilma L. (org.), *Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 55-75.

Meneses, Maria Paula (2008), *Reconfigurações identitárias e a fractura colonial: a encruzilhada de histórias esquecimentos e memórias*. (mimeo.)

Menezes, Solival (2000), *Mamma Angola. Sociedade e Economia de um Pais Nascente*. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo / Fapesp.

Nkrumah, Kwame (1965), *Neo-colonialism, the last stage of imperialism*. London: Thomas Nelson and Sons.

Peixoto, Antônio Carlos (2009), *Porto Belo, Santa Catarina: 1500-1600, Descobrimento*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional.

Pena Filho, Pio; Lessa, Antônio Carlos Moraes (2007), “O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil”, *Estudos históricos*, 39, 57-81.

Penha, Eli Alves (2011). *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico sul*. Editora Salvador EDUFBA.

Pimentel, José Vicente de Sá (2000), “Relações entre o Brasil e a África subsaariana”, *Revista Brasileira de Políticas Internacionais*, 43 (1), 5-23, disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100001&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000100001&script=sci_arttext), consultado em janeiro de 2018.

Post Western-World (2014), “How are emerging powers changing the world?”, disponível em <http://www.postwesternworld.com/2014/11/25/parceira-atlantico-saraiva>, consultado em janeiro de 2018.

Quijano, Anibal (2002), “Colonialidade, poder, globalização e democracia”, *Novos Rumos*, 17(37), disponível em [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos\\_de\\_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237\\_02.PDF](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF), consultado em janeiro de 2018

Santos, Boaventura de Sousa (2009), “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 23-71.

Santos, Boaventura de Sousa (2002), “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-Colonialismo e Interidentidade”, in Ramalho, Maria Irene; Sousa Ribeiro, António (orgs.), *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos de Identidade*. Porto: Afrontamento, 23-85.

Saraiva, José Flávio Sombra (2012), *África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI*. Belo Horizonte: Fino Traço.

Silva, Antonio Carlos Matias (2018), “Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências”, *Neari em revista*, 4(5), disponível em [file:///C:/Users/bns1/Downloads/660-2297-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/bns1/Downloads/660-2297-1-PB%20(1).pdf), consultado em outubro de 2018.

Teodoro, Rodrigo da Silva (2005), *Economia e Sociedade*, Campinas, 14 (1), 187-192, disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/viewFile/8643045/10597>, consultado em janeiro de 2018

Waisbich, Laura Trajber; Pomeroy, Melissa (2016), “Angola e Brasil: operacionalizando o conceito de cooperação sul-sul?” disponível em <http://obs.org.br/comercio-e-investimento/852-angola-e-brasil-operacionalizando-o-conceito-de-cooperacao-sul-sul>, consultado em janeiro de 2018.